



## Prezado (a) conselheiro (a),

Estamos encaminhando um clipping de notícias do CNS na mídia, além daquelas com assuntos que o Conselho vem debatendo. A intenção é socializar com os Conselheiros Nacionais a repercussão nos principais jornais.

*Brasília, 12 de agosto de 2010  
O Globo/BR  
Ministério da Saúde | Programas | Saúde da Família*

## Vírus da dengue 4 está no Brasil

### CIÊNCIA

*População é vulnerável ao sorotipo e epidemia causaria grande número de mortes  
Antônio Marinho e Catarina Alencastro BRASÍLIA e RIO*

Dos quatro casos suspeitos de dengue por vírus sorotipo 4 na capital de Roraima, Boa Vista, três foram confirmados ontem, após contraprova realizada pelo Instituto Evandro Chagas, em Belém. Embora o Ministério da Saúde tenha afirmado, em nota, que a comprovação desses casos indicaria que o vírus estaria novamente circulando, depois de 28 anos desde o último registro, o coordenador do Programa Nacional de Controle da Dengue do ministério, Giovanini Coelho, disse que não é possível assegurar isso.

Os pacientes moram em bairros distantes entre si: - É prematuro afirmar que o vírus está circulando. Só posso confirmar categoricamente após terminarmos o trabalho de investigação que estamos fazendo. Já começamos a visitar pessoas que moram próximas aos casos detectados. A propagação do vírus da dengue tipo 4 no Brasil traz consigo a probabilidade de uma "grande epidemia" no país, segundo Coelho, já que a grande maioria da população nunca teve contato com esse vírus e, portanto, não desenvolveu imunidade a ele.

## Há mais 19 casos sob suspeita

O fato de a população brasileira não ter a imunidade contra o tipo 4 associado a epidemias anteriores piora o quadro. Quando alguém é infectado mais de uma vez pelo vírus da dengue (já convivemos com o 1, 2 e 3), o risco de reação grave é maior.

- O sorotipo 4 representa um risco muito grande porque a população brasileira é 100% vulnerável a ele. Se ocorrer uma epidemia no país, o número de infectados e mortes provavelmente será muito maior do que das outras vezes, porque milhares de pessoas adoeceram com outros sorotipos e temos um índice de infestação alta do mosquito transmissor - diz o infectologista Edimilson Migowski, professor de infectologia pediátrica da UFRJ.

A doença com vírus 4 tem os mesmos sintomas da dengue causada por outros: dor de cabeça, dores no corpo e nas articulações, febre, dor atrás dos olhos, diarreia, vômito, entre outros sorotipos. O protocolo de tratamento também é o mesmo. Os pacientes confirmados se curaram sem internação, mas o ministério intensificou as medidas de vigilância e enviou remessa extra de medicamentos e inseticidas ao estado.

Mais 19 amostras suspeitas de dengue tipo 4 aguardam resultados.

Segundo o Ministério da Saúde, pelo fato de o único registro do sorotipo 4 no Brasil ter ocorrido há quase três décadas, a detecção de caso suspeito exige exames por diferentes técnicas. Até o dia 10 de agosto foram notificados 8.242 casos suspeitos de dengue em Roraima. Desses, 4.773 foram de dengue clássico; 163 complicações e 60, dengue hemorrágica.

## **Saiba como se proteger**

### *CIÊNCIA*

O vírus da dengue é transmitido principalmente pelo mosquito *Aedes aegypti*.

A doença causa febre repentina por 5 a 7 dias, dor de cabeça intensa, dores nas articulações e musculares, seguidas de erupções cutâneas. Para se proteger, bloqueie os locais onde o mosquito costuma desovar: guarde o lixo corretamente, não acumule água parada, feche bem caixas d'água e guarde as garrafas de cabeça para baixo para não acumular líquidos.

*Brasília, 12 de agosto de 2010  
O Estado de S. Paulo/BR  
Ministério da Saúde | José Gomes Temporão*

## **Saúde vira arma de campanha na disputa entre PT e PSDB**

*NACIONAL  
Wilson Tosta, Clarissa Thomé / RIO*

Criadas no Rio e adotadas pelo governo federal, as UPAs são defendidas por Dilma; para rebater, Serra usa as AMEs de SP.

Vice-campeã entre seis motivos de insatisfação dos eleitores brasileiros, de acordo com a última pesquisa Ibope, a saúde virou tema de confronto de siglas-símbolo de programas para o setor, brandidas pelos presidentiáveis do PT e do PSDB nas primeiras semanas de campanha.

As Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs) – que surgiram no Rio e foram adotadas pelo governo federal - viraram arma de campanha para a presidenciável petista Dilma Rousseff enfrentar os Ambulatórios Médicos de Especialidades (AME), implantados em São Paulo e defendidos pelo tucano José Serra. Depois que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, reconheceu que, de 500 UPAs prometidas, só 200 ficarão prontas até o fim do ano, as siglas ganharam mais destaque no noticiário. O debate sobre o tema, porém, já fora iniciado.

"O atendimento fica mais ágil, pois, em vez de se deslocar para o hospital, o paciente já tem atendimento na própria UPA", elogiou Dilma no início de agosto, durante visita ao Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília. Duas semanas antes, em Paranaíba (PR), o tucano prometera criar, se eleito presidente, 154 AMEs. "Isso encurtará drasticamente o tempo de espera que hoje é de seis meses em média de uma consulta ou tratamento especializado."

São estruturas diferentes: as UPAs se dedicam ao primeiro atendimento de emergências mais simples, enquanto as AMEs fazem consultas e exames. A preocupação expressa pelos dois primeiros colocados na corrida presidencial tem raízes na opinião pública. De acordo com a pesquisa Ibope realizada entre os dias 2 e 5 de agosto, 30% dos eleitores avaliam que, nos dois anos anteriores à sondagem, os serviços de saúde pioraram um pouco ou muito. O índice perdeu apenas para segurança pública (35%), líder nas reclamações do eleitorado, e superou impostos (28%), educação pública (21%), oportunidades de emprego (16%) e poder de compra ou consumo (9%).

"A Dilma responde com a UPA ao que o Serra falou da AME", disse o vereador e médico Paulo Pinheiro (PPS). Apesar de aliado de Serra, ele tem críticas e elogios aos dois modelos - que, afirmou, são boas ferramentas, mas não podem substituir o sistema de saúde.

O Rio tem 36 UPAs, cujo custeio mensal é de R\$ 500 mil por unidade. A implantação sai a R\$ 3,57 milhões cada, dos quais R\$ 2,6 milhões são repassados pelo Ministério da Saúde. São Paulo tem 32 AMEs com custo mensal de R\$ 870 mil por ambulatório. Críticas. Para Pinheiro, as UPAs surgiram de promessa de campanha do governador Sérgio Cabral Filho (PMDB) em 2006: os postos de saúde 24 horas. Nelas, há clínicos gerais, pediatras, pessoal de apoio e equipamentos. "Se moro em uma favela e meu irmão tem uma crise convulsiva, eu corro com ele para a UPA, onde lhe dão medicação. Acabou a crise, e agora? Mandam para casa. Mas ele pode ter tumor cerebral ou epilepsia. A UPA engana", disse o vereador, para quem os hospitais tradicionais "estão em petição de miséria". Ele também criticou a contratação de médicos sem concurso.

"Se alguém sofrer um acidente na Avenida Brasil (que liga o Centro à zona oeste), terá de ser levado para Saracuruna, na Baixada Fluminense, ou para Niterói, porque não há neurocirurgia em nenhum dos cinco hospitais estaduais ao longo da via."

O secretário de Saúde do Rio, Sérgio Côrtes, rebate as críticas. Ele diz que nenhum dos cinco hospitais estaduais tinha plantões completos com neurocirurgias. A gestão atual implantou o sistema de ponto biométrico - evitando faltas - e concentrou essas cirurgias em três hospitais - inclusive o Getúlio Vargas, na Avenida Brasil. O número de neurocirurgias subiu de 320, em 2006, para 1.501, em 2009.

De acordo com Côrtes, a UPA não foi criada para substituir a atenção básica, mas para desafogar emergências. "Segundo dados da Secretaria Municipal da Saúde, caiu em 40% a procura em

grandes hospitais. Agora, é preciso organizar o sistema. Em cidades como Teresópolis e Nova Friburgo, com boa atenção básica, a UPA só atende pequenas urgências. No Rio é que acontece de o paciente achar que UPA substitui o posto, o saúde da família, a unidade básica de saúde."

O vereador Pinheiro faz restrições às AMEs, em razão da contratação de organizações sociais (privadas) para geri-las. O modelo já funciona no Rio, no Programa Saúde da Família, e deu margem a contratação de instituições com problemas com a Justiça. A Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo ressaltou que o modelo de gestão criado no Estado foi copiado por 71 municípios, 14 Estados e inspirou o Ministério da Saúde.

"Os hospitais não fazem licitação para comprar insumos ou medicamentos, mas adotam rígidos regulamentos de compras. Não realizam concurso público e sim seleção dos mais capazes", disse em nota.

*Brasília, 12 de agosto de 2010  
Folha de S. Paulo/BR  
Temas de Interesse | Saúde Pública*

## **Entidade paga firma de filho de diretor com verba pública**

*COTIDIANO*

*Posto de saúde terceirizado contratou empresa para realizar consultas*

Para o TCM, situação é irregular porque entidade deveria contratar de forma direta equipe médica.

*RICARDO WESTIN  
DE SÃO PAULO*

Uma entidade criada por empresários da construção civil ganhou da Prefeitura de São Paulo o título de OS (organização social) e passou a receber dinheiro público para dirigir postos de saúde municipais.

Depois, com essa verba, a entidade contratou a empresa médica do filho de um de seus diretores para realizar as consultas em postos da Penha e de Ermelino Matarazzo (zona leste).

A empresa em questão se chama Apos (Associação Paulista de Oftalmologia e Saúde). Cada oftalmologista recebe R\$ 77 por hora.

O diretor da Apos é o médico Francisco Penteado Crestana, filho de Francisco Virgílio Crestana, ex-presidente e atual conselheiro da entidade, o Seconci (Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo). Nos três anos do contrato, até 2011, o Seconci receberá R\$ 46 milhões da prefeitura - valor suficiente para construir e equipar um hospital de médio porte.

## **Irregularidade**

Para o Tribunal de Contas do Município, órgão que fiscaliza as contas da prefeitura, a situação é irregular. Isso porque, como OS, a entidade deveria contratar e pagar diretamente os médicos que

atuam nos postos de saúde, e não terceirizar esse serviço. "A prefeitura terceiriza a gestão do posto, entrega a uma OS. Depois, a OS terceiriza o atendimento, a própria atividade-fim. Essa "quarteirização" não é prevista no contrato", diz o conselheiro do TCM Maurício Faria.

Em 30 dias, o tribunal julgará o contrato entre essa OS e a prefeitura – o TCM pode, por exemplo, determinar maior fiscalização sobre as OSs ou até mesmo o rompimento desse contrato. Segundo Faria, a contratação dessa empresa é uma das evidências de que a prefeitura não é capaz, hoje, de verificar se as OSs que dirigem hospitais e postos de saúde municipais aplicam a verba pública corretamente.

Na terça-feira, a Folha revelou que a prefeitura estuda contratar um auditoria privada para conferir as prestações de contas das OSs. Elas receberam R\$ 1,4 bilhão dos cofres municipais em 2009. Lenir Santos, advogada que coordena na Unicamp o curso de especialização em direito sanitário, também questiona a contratação.

"Não precisa haver aquele processo de licitação, já que não é relação entre entes públicos. Mas o que está envolvido é dinheiro público. Portanto, é preciso haver moralidade, um dos princípios da administração pública", diz.

As OSs dirigem hospitais e postos de saúde paulistanos desde 2006. Vários Estados e prefeituras adotam esse tipo de parceria. O objetivo é dar agilidade à saúde pública. Ao contrário da prefeitura e do Estado, a OS não precisa realizar licitação para comprar, concurso para contratar e sindicância para demitir. Pode pagar salário mais alto aos melhores profissionais.

## **Prefeitura e OS não falam sobre contrato**

*COTIDIANO  
DE SÃO PAULO*

A Secretaria Municipal da Saúde e a OS (organização social) Seconci (Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo) foram questionadas pela Folha, mas não comentaram o contrato assinado entre a OS e a empresa médica Apos.

O diretor da empresa é filho de um dos conselheiros do Seconci. Por e-mail, a Secretaria da Saúde e o Seconci disseram que não há problemas na terceirização do atendimento médico em postos de saúde que já são terceirizados.

"Não se pode configurar terceirização de serviços médicos, uma vez que o contrato de gestão possui cláusulas que autorizam a OS a contratar serviços complementares", afirma a nota da Secretaria da Saúde.

O Seconci, por sua vez, afirma que segue "o manual de compras e contratação do município". A Folha solicitou uma entrevista com o arquiteto Francisco Virgílio Crestana, conselheiro do Seconci. Ele era presidente da entidade em 2008, ano em que foi assinado o contrato de gestão com a prefeitura. Seu filho, o médico Francisco Penteado Crestana, também foi procurado. Um recado foi deixado ontem à tarde com a secretária de seu consultório. Nem pai nem filho, no entanto, responderam aos pedidos de entrevista até a conclusão desta edição.

*(RW)*

## ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE (OSs)



### O QUE SÃO

Entidades privadas sem fins lucrativos contratadas para gerir hospitais e postos de saúde do SUS



### COMO SOBREVIVEM

Recebem dinheiro público pelos serviços prestados. Em 2009, por exemplo, a Secretaria de Saúde de SP destinou R\$ 1,4 bilhão para as OSs



### COMO SÃO FISCALIZADAS

As OSs precisam prestar contas aos órgãos públicos. O foco da fiscalização, porém, são as metas de atendimento



### POR QUE EXISTEM

São mais ágeis que o poder público. Podem, por exemplo, comprar sem licitação e contratar sem realizar concurso público

### QUAIS OS CRITÉRIOS PARA SER OS

- 1 Ter experiência de cinco anos na área de saúde
- 2 Não ter finalidade lucrativa
- 3 Publicar relatórios financeiros e de execução do contrato de gestão
- 4 Ser aprovada pelas secretarias de Gestão e de Saúde

### SECONCI

De acordo com relatório do Tribunal de Contas do Município (TCM), a OS Seconci —que administra unidades de saúde na Penha e Ermelino Matarazzo— contratou uma empresa responsável pelo fornecimento de médicos que pertenceria ao filho de um dos diretores da própria OS

### Expediente

#### Carta Eletrônica do CNS

Publicação do Conselho Nacional de Saúde - Ano VI – 12 de agosto de 2010.  
Secretaria Executiva do CNS  
Coordenação de Comunicação e Informação em Saúde